

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Jornal Daqui Goiás

Após denúncias, TCE apura superlotação no Hugo

O Popular

TCE apura denúncia no Hugo

O Hoje

TCE-GO apura denúncias de superlotação e atendimento precário no Hugo

Diário Central

Caiado afirma que PT tenta sabotar avanços em Goiás com ação no STF

Jornal do Vale

Comissão de Finanças: contas de 2023 do Governo e relatório da Saúde têm aval

Lance Goiás

Caiado acusa PT de "insensibilidade" após ação no STF contra leis que viabilizaram o Hospital do Cora

Tribuna do Planalto

Caiado diz que PT tenta sabotar avanços de Goiás com ação no STF

TV Atual

Aprovado em 1ª votação projeto de reestruturação organizacional do TCE

Após denúncias, TCE apura superlotação no Hugo

Denúncias de superlotação no Hospital Estadual de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz (Hugo), com pacientes sem leitos em saladas e tendo de ser tratados em macas nos corredores, levaram vistoria do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (T-CE-GO) na unidade em Goiânia.

Haverá um relatório do conselheiro Sebastião Tejota, responsável pelo caso, que ainda não tem prazo para ser finalizado. A primeira verificação já identificou uma discrepância entre a taxa de ocupação instalada, que é do Complexo Regulador Estadual, um órgão da Secretaria de Estado de Saúde de Goiás (SES-GO), e a taxa de ocupação operacional, que é do hospital, o que pode explicar ao menos uma das causas para a superlotação que ocorreu na última semana.

Isso ocorrería porque o Hugo funciona atendendo a demanda enviada pelo Complexo Regulador de modo que, para o órgão da SES, ainda constaria vagas na unidade e, por isso, continuava enviando pacientes, enquanto que já não havia mais espaço nos leitos regulares. Com isso, enquanto uma taxa estava baixa para o Complexo, era alta para o Hugo. "Os detalhes da visita técnica e a proposta de encaminhamentos para solucionar e mitigar os problemas identificados constarão no relatório final do TCE-GO", destaca.

A vistoria foi realizada por equipe técnica do TCE-GO que verificou as alas médicas, reuniu informações sobre o fluxo de atendimento dos pacientes, e solicitou encaminhamento de documentos complementares. A superlotação ficou caracterizada pela presença de pacientes nos corredores da unidade, em macas ou cadeiras esperando leito de internação.

'DEMANDA FLUTUANTE'

Segundo o Hugo, que atualmente é administrado pela Sociedade Beneficente Albert Einstein, a unidade "é referência em urgência e emergência, recebendo, Ha regulação, casos de alta complexidade de todo o Estado, que muitas vezes exigem internações prolongadas". Assim sendo, passa por uma a demanda flutuante "e pode haver alta ocupação em determinados momentos". "Atualmente, a unidade enfrenta alta demanda e trabalha com plano de contingência, que garante a priorização dos casos mais graves e a continuidade da assistência, com atenção especial aos pacientes críticos e cirúrgicos".

O Hugo ainda completa que, "apesar de eventuais cenários de alta ocupação, todo e qualquer paciente recebe o cuidado necessário, onde quer que ele esteja dentro do hospital". Já sobre os motivos para a situação atual, explica que "os fatores externos que levam ao aumento de demanda são vários, desde comportamentos sazonais da

população, relacionados com períodos de maior deslocamento em viagem, por exemplo, até fluxos da secretaria de saúde, às vezes submetidos a maior demanda, levando a regulação de casos para hospitais que possam ajudar com resolução de gargalos".

Com relação à taxa de ocupação da unidade ser diferente do indicado pela SES, conforme apontou inicialmente o TCE, o Hugo explica que "existe uma diferença entre as taxas de ocupação informadas, o que ocorre por uma questão técnica de metodologia". A informação é que a SES utiliza, conforme orientação do Ministério da Saúde, a taxa de ocupação instalada, em que é coasiderado somente os leitos oficialmente cadastrados no sistema nacional.

A SES informou a que a Regulação Estadual "segue os protocolos técnicos estabelecidos e trabalha continuamente para garantir o acesso oportuno e seguro aos serviços de saúde em toda a rede". Sobre a vistoria do TCE-GO, complementa que "aguarda o relatório oficial para análise técnica detalhada e adoção das medidas cabíveis.

TCE apura denúncia no Hugo

Uma vistoria do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (T-CE-GO) no Hospital Estadual de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz (Hugo) na segunda-feira (6) apurou denúncias de superlotação na unidade, com pacientes sem leitos em salas e tratados em macas pelos corredores. A partir disso, haverá um relatório do conselheiro Sebastião Tejota, responsável pelo caso, ainda sem prazo para conclusão. A primeira verificação já identificou discrepância entre a taxa de ocupação instalada, que é do Complexo Regulador Estadual, órgão da Secretaria de Estado de Saúde de Goiás (SES-GO), e a taxa de ocupação operacional. essa do hospital, o que pode explicar ao menos uma das causas para a superlotação da última semana.

Isso teria ocorrido porque o Hugo funciona atendendo a demanda enviada pelo Complexo Regulador, de modo que, para o órgão da SES, ainda constariam vagas. Assim, seguiam pacientes, embora já não houvesse espaço nos leitos regulares. Com isso, enquanto a taxa estava baixa para o Complexo, era alta para o Hugo. "Os detalhes da visita técnica e a proposta de encaminhamentos para solucionar e mitigar os problemas identificados constarão no relatório final do TCE-GO", destaca o tribunal. A vistoria foi realizada por equipe técnica do TCE, que verificou as alas médicas, reuniu informações sobre o fluxo de atendimento dos pacientes e solicitou documentos complementares.

A superlotação ficou caracterizada por pacientes nos corredores, em macas ou cadeiras esperando leito de internação. Na sexta-feira (3), a jornalista Priscila Gonçalves foi com a mãe ao Hugo para atendimento de emergência e verificou vários pacientes nessas condições. "Graças a Deus. ela não quebrou o tornozelo nem o pé, foi só luxação. Por isso não precisou internar. Mas conhecí gente que estava havia 3 dias no corredor, idosa de 88 anos lá aguardando vaga de cirurgia, idosa dormindo em cadeira de plástico por vaga", conta. Há também o caso de um paciente que chegou com cortes profundos nos dedos por acidente no trabalho e que esperava atendimento havia mais de seis horas, segundo relata. Priscila diz que chegou a denunciar o caso à administração e diretoria da unidade no dia.

Segundo o Hugo, atualmente gerido pela Sociedade Beneficente Albert Einstein, a unidade "é referência em urgência e emergência, recebendo, via regulação, casos de alta complexidade de todo o Estado, que muitas vezes exigem internações prolongadas". Assim sendo, passa por demanda flutuante "e pode haver alta ocupação em determinados momentos". "Atualmente, a unidade enfrenta alta demanda e trabalha com plano de contingência, que garante a priorização dos casos mais graves e a continuidade da assistência, com atenção especial aos pacientes críticos e cirúrgicos", esclarece.

O Hugo ainda completa que. "apesar de eventuais cenários de alta ocupação, todo e qualquer paciente recebe o cuidado necessário, onde quer que ele esteja dentro do hospital". Já sobre os motivos para a situação atual, a explicação é que "os fatores externos que levam ao aumento de demanda são vários, desde comportamentos sazonais

da população, relacionados com períodos de maior deslocamento em viagem, por exemplo, até fluxos da secretaria de saúde, às vezes submetidos a maior demanda, levando a regulação de casos para hospitais que possam ajudar com resolução de gargalos".

Com relação à taxa de ocupação da unidade ser diferente do indicado pela SES, conforme apontou inicialmente o TCE, o Hugo explica que "existe uma diferença entre as taxas de ocupação informadas, o que ocorre por questão técnica de metodologia". A informação é que a SES usa, por orientação do Ministério da Saúde, a taxa de ocupação instalada, em que constam só os leitos oficialmente cadastrados no sistema nacional. "Já o Hugo também monitora uma taxa de ocupação operacional, que reflete a realidade diária do hospital, incluindo pacientes em leitos extras e em atendimento na emergência. que ainda não constam no sistema como internados. "

A unidade hospitalar explica que a diferença não representa inconsistência nos dados, mas formas distintas de contabilização. "A direção também reforçou ao TCE que essa situação é comum em hospitais de urgência e emergência em todo o País, devido à alta demanda e à necessidade de garantir atendimento a pacientes que precisam de recursos que outras unidades não dispõem." A SES informou ao POPULAR que a Regulação Estadual "segue as protocolos técnicos estabelecidos e trabalha continuamente para garantir o acesso oportuno e seguro aos serviços de saúde em toda a rede".

.Sobre a vistoria do TCE, a pasta diz que "aguarda o relatório oficial para análise técnica deta Iliada e adoção das medidas cabíveis, reafirmando seu compromisso com a transparência e melhoria contínua das serviços prestados à população". o Hugo relatou que a visita dos técnicos foi tranquila e ocorreu de forma colaborativa. "A equipe do TCE esteve no Hugo por cerca de duas horas, percorrendo todas as áreas da unidade. A visita teve como motivação principal compreender a dinâmica de atendimento do hospital diante de registros de alta ocupação em determinados períodos. "

TCE-GO apura denúncias de superlotação e atendimento precário no Hugo

0 Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), por meio do Serviço de Fiscalização da Saúde, fez nesta segunda-feira (6) uma visita técnica ao Hospital de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz (Hugo) para apurar denúncia de superlotação e avaliar as condições de internação e ocupação de leitos na unidade. A equipe do TCE-GO, acompanhada pela diretora-geral do hospital, Fabiana Rolla, percorreu as alas médicas e coletou informações sobre o fluxo de atendimento aos pacientes. Durante a inspeção, os auditores também solicitaram o envio de documentos complementares, que irão subsidiar a elaboração do relatório final.

Desde o ano passado, a gestão, a operacionalização e a execução das ações e serviços de saúde do Hugo estão sob responsabilidade da Sociedade Beneficente Albert Einstein, conforme o Termo de Colaboração n° 54/2024 firmado com a Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO). Entre os apontamentos preliminares da fiscalização, o Tribunal identificou uma discrepância entre a taxa de ocupação utilizada pelo Complexo Regulador Estadual -- que considera a capacidade instalada -- e a adotada pelo Hugo -- que leva em conta a capacidade operacional. Essa diferença pode ter contribuído para a sobrecarga da unidade, já que pacientes continuam sendo encaminhados mesmo diante da falta de leitos disponíveis. Recentemente, o jornal O HOJE trouxe à tona uma denúncia grave: o corpo de uma paciente que faleceu na unidade teria permanecido por quase cinco horas na enfermaria antes de ser retirado, segundo relato de uma acompanhante. Além disso, usuários relatam precariedade no atendimento, falta de alimentação e água, leitos insuficientes e escassez de medicamentos, o que reforça a percepção de um cenário de caos dentro do hospital.

Profissionais da saúde também apontam que muitos contratados têm pouca experiência administrativa e desconhecem procedimentos básicos, como a administração de medicamentos simples -- situação que, segundo os funcionários, evidencia falhas graves na gestão. Outro problema recorrente é a demora no recebimento de pacientes pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Ambulâncias chegam a permanecer paradas por mais de uma hora aguardando liberação, muito acima do limite legal de 20 minutos. O atraso compromete o fluxo de urgência em Goiânia e coloca em risco a vida de pacientes em estado crítico.

Servidores afirmam ainda que, mesmo após os investimentos bilionários realizados em 2024 e 2025, o hospital não conseguiu melhorar sua eficiência operacional. Como resultado, a população continua a enfrentar atrasos, falta de estrutura e descaso no atendimento. Os detalhes da visita técnica e as propostas de encaminhamentos para corrigir e mitigar os problemas detectados serão apresentados no relatório final a ser elaborado pelo TCE-GO.

Em nota enviada ao O HOJE, o Hugo afirmou que a vistoria do Tribunal de Contas foi tranquila e ocorreu de forma colaborativa. A direção informou que a equipe do TCE permaneceu cerca de duas horas na unidade, percorreu todas as áreas do hospital, com o objetivo de compreender a dinâmica de atendimento diante de registros de superlotação

em determinados períodos. Sobre a recorrência de casos de superlotação, o hospital destacou que é referência estadual em urgência e emergência, atende pacientes de alta complexidade encaminhados de diversas regiões via regulação estadual. Segundo a nota, a demanda é dinâmica e, em momentos de alta procura, a unidade adota um plano de contingência para garantir a continuidade da assistência e assegurar atendimento aos casos mais graves. O Hugo afirma que todos os pacientes recebem atendimento, mesmo em cenários de superlotação. A administração do hospital também informou que durante a visita foram apresentados todos os dados e esclarecimentos solicitados, com explicação sobre o perfil da unidade e o funcionamento dos fluxos de regulação. Após a inspeção, o Hugo afirmou ter reforçado ações previstas em seu plano de contingência, com foco na melhoria contínua dos processos assistenciais e administrativos, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, "para manter a assistência segura, ágil e de qualidade a todos os pacientes". Os detalhes da visita técnica e as propostas de encaminhamentos para corrigir e mitigar os problemas detectados serão apresentados no relatório final a ser elaborado pelo TCE-GO. (Especial para O HOJE)

Caiado afirma que PT tenta sabotar avanços em Goiás com ação no STF

O governador Ronaldo Caiado (União Brasil) criticou, nesta quinta-feira (9//10), a ação movida pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no Supremo Tribunal Federal (STF) que tenta suspender o modelo de contratação adotado pelo Governo de Goiás para a construção e gestão de obras públicas por meio de Organizações da Sociedade Civil (OSCs). O formato foi utilizado na execução do Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora), hospital que iniciou atendimentos a crianças com câncer em junho e já realizou mais de 220 cirurgias oncológicas.

Caiado classificou a iniciativa do PT como um ato político que tenta sabotar o desenvolvimento de Goiás. "O PT nacional, o PT do presidente Lula e o PT de Goiás entraram com uma ação direta porque o Estado de Goiás construiu o Cora, e está fazendo rodovias com base em uma lei federal, debatida e aprovada por todos os órgãos competentes. O que eles querem é fechar o Cora", afirmou o governador.

O modelo é o mesmo empregado nas obras executadas com recursos do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra), em parceria com o Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag), e vem sendo responsável pela aceleração de diversos projetos rodoviários em todo o estado.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) apresentada pelo PT questiona a legalidade do modelo goiano, criado com base na Lei Federal nº 13.019/2014, que autoriza parcerias entre o poder público e o terceiro setor desde que haja lei estadual específica aprovada pela Assembleia Legislativa -- o que foi cumprido em Goiás. A norma não trata de licitações ou contratos administrativos, mas de instrumentos de fomento e cooperação voltados a políticas de desenvolvimento e infraestrutura.

De acordo com a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), o modelo adotado pelo Governo de Goiás segue rigorosamente a legislação federal e é fiscalizado por diversos órgãos de controle, como a Seinfra, Goinfra, Conselho Gestor do Fundeinfra, Controladoria-Geral do Estado (CGE), Agência Goiana de Regulação (AGR) e Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), garantindo transparência e boa aplicação dos recursos públicos.

Em tom de indignação, Caiado disse que o PT tenta desqualificar um modelo eficiente e transparente. "Sabe qual é o pecado de Goiás? Ter feito o Cora em 25 meses e mostrado que é possível entregar obras com eficiência. Esse modelo salva vidas e transforma o Estado", declarou. Ele ainda afirmou ter "credibilidade moral" para defender a gestão: "Em 40 anos de vida pública, nunca usei cargo para me enriquecer, nem para favorecer familiares, como faz o filho do presidente Lula", disparou.

Comissão de Finanças: contas de 2023 do Governo e relatório da Saúde têm aval

A Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) se reuniu, na tarde desta quarta-feira, 8, para deliberação de prestação de contas do Poder Executivo e da isenção do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD) para áreas de preservação ambiental.

No encontro ordinário, o deputado Wagner Camargo Neto (Solidariedade) fez a distribuição de diversos processos para relatoria. Ele pediu celeridade aos pares e ressaltou que o colegiado está com matérias acumuladas e que é preciso dar andamento aos trabalhos.

Por fim, o legislador comentou que a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2026 já foi recebida pela Alego, mas como não houve a leitura em Plenário, o texto ainda não pode ser distribuído para relatoria. Assim, ele destacou que está em contato com o presidente da Casa, deputado Bruno Peixoto (UB), para que a leitura seja feita ainda nesta semana, de modo que a comissão possa receber, no dia 16 de setembro, a visita do secretário de Economia, Francisco Sérvulo Freire Nogueira, para esclarecimentos quanto à propositura.

Prestação de contas

A comissão aprovou o parecer favorável, emitido pelo deputado Lineu Olimpio (MDB), referente ao processo nº 12808/24 (apensado ao nº 7690/24), de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), que trata da prestação de contas do governador Ronaldo Caiado (UB) referente ao exercício de 2023.

O documento traz o parecer prévio do TCE-GO pela aprovação das contas de 2023, com 19 recomendações e determinações de ajuste.

Em seu relatório, Olimpio observou que o conteúdo das contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo revela o cumprimento do orçamento, dos planos de Governo, dos programas governamentais e atende aos limites de gasto mínimo e máximo previstos no ordenamento para saúde e educação.

"Assim sendo, entende-se que as contas devem ser aprovadas, com determinações e recomendações da corte e também desta Casa de Leis. Quanto às determinações e recomendações mencionadas no parecer do prévio do TCE-GO, algumas delas foram consideradas 'atendidas' ou de alguma forma prejudicadas no item 8.1 do Relatório Técnico das Contas Anuais do governador de 2024, após monitoramento pelo próprio tribunal, razão pela qual entendemos prudente exclui-las do decreto legislativo correspondente", justificou Lineu.

O colegiado acolheu o parecer pelo arquivamento, emitido pelo deputado Cairo Salim (PSD), referente ao processo nº 8932/25, da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO), que trata do relatório de prestação de contas nº 22, de 2025.

Durante a discussão da matéria, o deputado Antônio Gomide (PT) indagou se o secretário de Saúde de Goiás, Rasível dos Reis Santos Júnior, estará presente no encontro agendado para a próxima quarta-feira, 15, para prestação de contas da pasta. Na avaliação do parlamentar, é fundamental a presença do secretário e pontuou que, no caso de Rasível não puder comparecer, que a reunião seja reagendada para uma data em que o titular possa estar presente.

Na sequência, o líder do Governo, deputado Talles Barreto (UB), afirmou que está empenhado em garantir a presença do secretário. No mesmo sentido, Lineu Olimpio também contribuiu para o debate e observou o encontro que teve com Rasível. Informou que busca, junto a ele, esclarecer os eventuais problemas na saúde goiana e que soluções possam ser encontradas.

No aguardo

Teve a votação prejudicada, após pedido de vista do deputado Talles Barreto, o projeto lei nº 22473/25, de autoria do deputado Clécio Alves (Republicanos). A medida altera a Lei 11.651, de 26 de dezembro de 1991, relativa ao Código Tributário do Estado de Goiás, para incluir isenção do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD) somente na transmissão de áreas de reserva legal e de preservação permanente localizadas em propriedades rurais.

Clécio entende que os benefícios se revertem para o Estado, pois o proprietário que mantém as terras nas áreas de preservação e reserva legal contribui fortemente para evitar desastres naturais, erosões, queda de barreira e encostas.

Com parecer favorável do relator, Gugu Nader (Avante), a proposta visa a isentar do ITCD exclusivamente a fração de imóveis rurais correspondente às Áreas de Preservação Permanente (APP) e à Reserva Legal (RL), conforme definidas na Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal).

Trata-se de medida que reconhece a natureza jurídica e a função ecológica dessas áreas, cuja utilização econômica é fortemente limitada pela legislação, destinando-se primordialmente à conservação ambiental. O parlamentar defende que a iniciativa harmoniza a política fiscal com os objetivos do Código Florestal, favorecendo a regularidade ambiental e a sustentabilidade da produção rural.

O legislador explica que ao desonerar do ITCD as parcelas de APP e RL, o Estado evita tributar áreas de uso restrito, respeitando o princípio da capacidade contributiva, assegurando maior segurança jurídica e reduzindo contenciosos administrativos e judiciais.

A proposta também fortalece a sucessão rural, ao diminuir encargos tributários que dificultam a transmissão causa mortis ou por doação, incentivando a permanência de famílias no campo e a continuidade de práticas conservacionistas. Além disso, estimula a completa inscrição e atualização do Cadastro Ambiental Rural (CAR), bem como a adesão a programas de regularização, para ampliar a conformidade ambiental e reduzir riscos para proprietários e investidores.

Caiado acusa PT de "insensibilidade" após ação no STF contra leis que viabilizaram o Hospital do Cora

Caiado afirma que o processo tende a inviabilizar o Cora | Foto: Guilherem Alves / Jornal Opção

Informação foi revelada em entrevista exclusiva concedida pelo governador Ronaldo Caiado (UB) ao Jornal Opção

O Partido dos Trabalhadores (PT), do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra duas leis do Estado de Goiás. A informação foi revelada nesta quarta-feira, 8, em entrevista exclusiva concedida pelo governador Ronaldo Caiado (UB) ao Jornal Opção.

Segundo o chefe do Executivo estadual, o PT pretende que o processo de edificação do Cora seja julgado pelo Supremo, sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes. Para Caiado, a iniciativa representa uma "insensibilidade" em relação às crianças com câncer que necessitam de tratamento especializado. "Nesse momento, vemos a insensibilidade do PT Nacional contra as crianças com câncer em Goiás", afirmou o governador.

Na ação, o PT solicita que duas leis estaduais tenham a eficácia suspensa, sendo a Lei n.º 23.291/2025 e a Lei n.º 22.940/2024. Os processos ditam sobre parcerias e a execução de obras sem licitação ou chamamento público e por meio de "compensação de créditos", como do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra). No processo, a sigla afirma que os regimes de parcerias restringem a elegibilidade a entidades de "setores contribuintes" e reduzem o controle externo.

Para o governador, o processo tende a ação do inviabilizar o modelo de construção adotado em Goiás, citando o Hospital do Cora como exemplo de sucesso do mesmo modelo de parceria que permitiu a entrega em 25 meses.

PSDB também contestou o modelo

De forma semelhante, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do ex-governador Marconi Perillo, apresentou, no segundo semestre de 2024, uma representação por improbidade administrativa no Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) contra o termo de fomento firmado entre o Estado e a Fundação Pio XII.

Na ocasião, o TCE-GO arquivou o processo após concluir que o instrumento possuía amparo legal na Lei nº 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). A decisão foi reforçada por pareceres do Ministério Público de Contas, do Serviço de Fiscalização de Saúde e da Auditoria do

Tribunal, que consideraram improcedente a representação por ato de improbidade.

Em janeiro do mesmo ano, o Ministério Público de Goiás (MP-GO) também havia arquivado uma denúncia semelhante do PSDB, ao reconhecer que o modelo adotado para a construção e gestão do Cora é constitucional. "O Supremo Tribunal Federal já se posicionou favoravelmente à celebração de parcerias para a prestação de serviços públicos de saúde por meio de gestão colaborativa com a iniciativa privada, conforme demonstrado na ADI 1923/DF", destacou o parecer do órgão.

Caiado diz que PT tenta sabotar avanços de Goiás com ação no STF

O governador Ronaldo Caiado (União Brasil) criticou, nesta quinta-feira (9//10), a ação movida pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no Supremo Tribunal Federal (STF) que tenta suspender o modelo de contratação adotado pelo Governo de Goiás para a construção e gestão de obras públicas por meio de Organizações da Sociedade Civil (OSC). O formato foi utilizado na execução do Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora), hospital que iniciou atendimentos a crianças com câncer em julho e já realizou mais de 220 cirurgias oncológicas.

Caiado classificou a iniciativa do PT como um ato político que tenta sabotar o desenvolvimento de Goiás. "O PT nacional, o PT do presidente Lula e o PT de Goiás entraram com uma ação direta porque o Estado de Goiás construiu o Cora, e está fazendo rodovias com base em uma lei federal, debatida e aprovada por todos os órgãos competentes. O que eles querem é fechar o Cora", afirmou o governador.

O modelo é o mesmo empregado nas obras executadas com recursos do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra), em parceria com o Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag), e vem sendo responsável pela aceleração de diversos projetos rodoviários em todo o estado.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) apresentada pelo PT questiona a legalidade do modelo goiano, criado com base na Lei Federal nº 13.019/2014, que autoriza parcerias entre o poder público e o terceiro setor desde que haja lei estadual específica aprovada pela Assembleia Legislativa -- o que foi cumprido em Goiás. A norma não trata de licitações ou contratos administrativos, mas de instrumentos de fomento e cooperação voltados a políticas de desenvolvimento e infraestrutura.

De acordo com a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), o modelo adotado pelo governo segue rigorosamente a legislação federal e é fiscalizado por diversos órgãos de controle, como a Seinfra, Goinfra, Conselho Gestor do Fundeinfra, Controladoria-Geral do Estado (CGE), Agência Goiana de Regulação (AGR) e Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), garantindo transparência e boa aplicação dos recursos públicos.

Em tom de indignação, Caiado disse que o partido tenta desqualificar um modelo eficiente e transparente. "Sabe qual é o pecado de Goiás? Ter feito o Cora em 25 meses e mostrado que é possível entregar obras com eficiência. Esse modelo salva vidas e transforma o Estado", declarou. Ele ainda afirmou ter "credibilidade moral" para defender a gestão: "Em 40 anos de vida pública, nunca usei cargo para me enriquecer, nem para favorecer familiares, como faz o filho do presidente Lula", disparou.

Aprovado em 1ª votação projeto de reestruturação organizacional do TCE

O Plenário da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) aprovou, em primeira votação, projeto de lei de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), protocolado sob o nº 25519/25, que introduz alterações na Lei nº 15.122. A matéria recebeu 22 votos favoráveis.

O objetivo, conforme o texto, é aprimorar o controle externo e adequar a estrutura de pessoal à nova estrutura organizacional do órgão, recentemente aprovada pela Resolução Administrativa n° 14, de 2 de outubro de 2025.